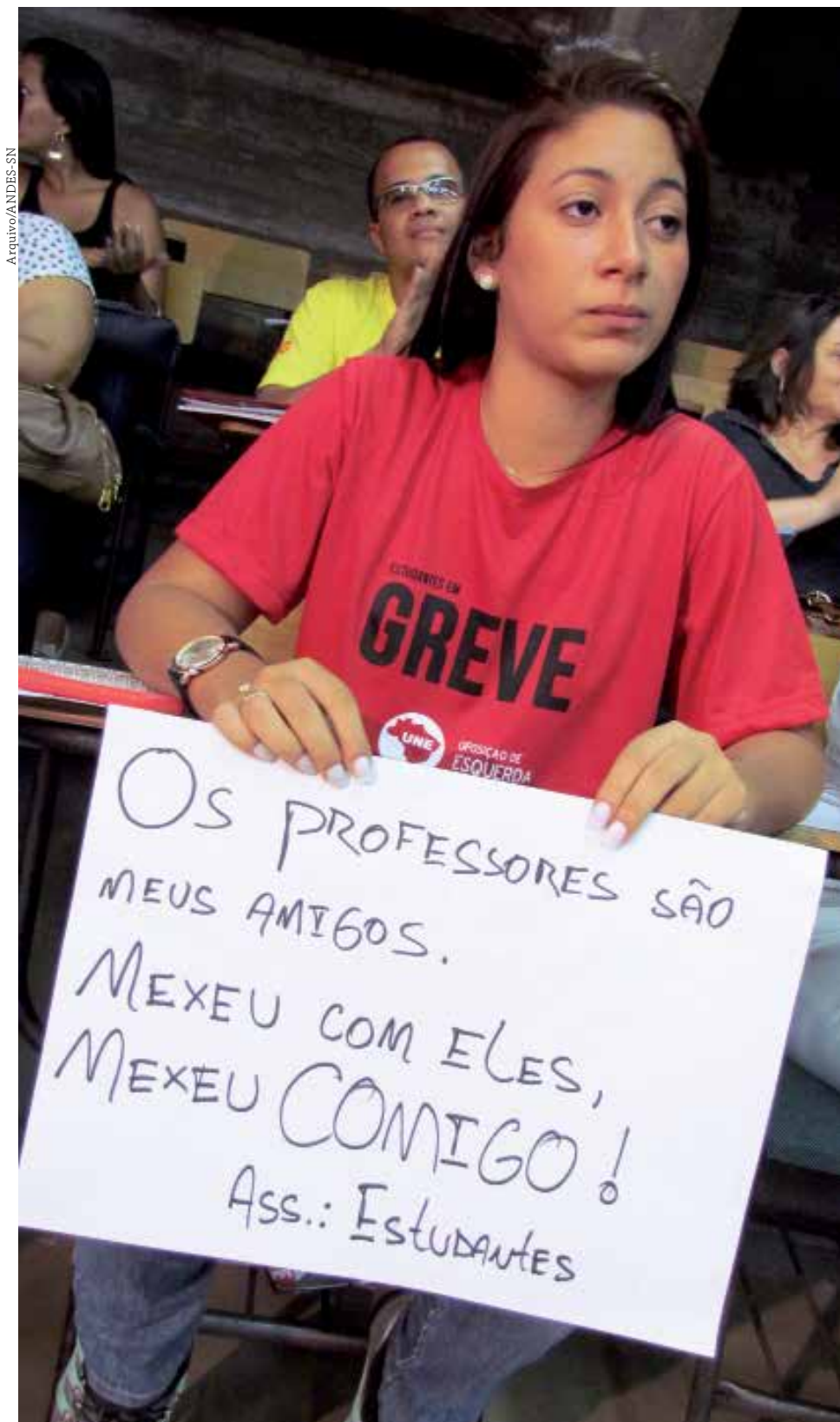


## Enem, Fies, Prouni e outros subterfúgios para expandir sem qualidade e privatizar a educação

Keka Werneck  
Jornalista  
Cuiabá/MT

**M**aio de 2009. A comunidade acadêmica da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi informada de que a instituição adotaria o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como porta única de ingresso e que isso traria uma série de benefícios para todos e, principalmente, significaria a democratização do acesso ao ensino superior.

Na época, docentes, estudantes e técnico-administrativos questionaram a medida abrupta e pediram, publicamente, mais diálogo. Queriam entender os possíveis e reais impactos dessa mudança. A reitora Maria Lúcia Cavalli Neder ignorou os apelos. Ocupações da reitoria e atos no *campus* de Cuiabá denunciaram a imposição, mas não evitaram a surpreendente canetada de adesão ao Enem, que teve o apoio da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).



**Movimento estudantil em defesa do movimento docente**

Fora da Universidade, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato

Grosso (OAB-MT), a reitora agiu como se o País ainda estivesse sob a administração

da ditadura militar e, *ad referendum*, diante da imprensa, ela tomou uma decisão unilateral e, em junho de 2009, a adesão foi homologada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da UFMT.

### **Lógica expansionista**

A adesão ao Enem ocorreu sem nenhum tipo de debate entre os setores e organizações sociais que representam a comunidade universitária. Criado em 1998, durante o governo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC) para avaliar estudantes no final da educação básica e com a pretensão de melhorar a qualidade desse nível de escolaridade, tornou-se um dos instrumentos correlatos ao Reuni para expandir vagas na educação superior pública.

A fórmula para materializar essa ampliação por meio do Enem foi, a partir de 2009, usá-lo como instrumento de seleção para o ingresso no ensino superior. Para isso, o governo promoveu algumas mudanças no formato do exame com a alegação de que seriam para democratizar oportunidades de acesso às Instituições Federais de Ensino (IFE), para garantir a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

Ao fazer a prova do Enem, o estudante do nível médio passa automaticamente a inte-

grar um cadastro nacional chamado Sistema de Seleção Unificada (SiSU) – um sistema informatizado do MEC para as instituições públicas de educação superior oferecerem vagas a candidatos a curso superior.

Até este ano, a expansão via Enem/SiSU não favoreceu à elevação da qualidade da educação fundamental e média, severamente debilitada em virtude das reformas e privatizações sofridas entre os anos 1960 e 2000. Na avaliação do movimento docente ligado ao ANDES-SN, até agora o Enem/SiSU tem servido basicamente para aprofundar a mercantilização da educação pública, a precarização do trabalho docente e a desqualificação do ensino superior como que para enfraquece-lo e nivelá-lo às precariedades do ensino fundamental.

### **O erro de cálculo**

Quatro anos depois de adotado pelas instituições de ensino superior, os problemas da expansão via Enem/SiSU generalizaram-se no País. Um deles é o número elevado de vagas excedentes e a luta dos dirigentes universitários para preenchê-las.

Em 2012, por exemplo, dos 108 mil selecionados para as vagas em universidades públicas por meio do SiSU, apenas 46 mil efetuaram matrícula. Isso significa que 57% das ca-

deiras não foram preenchidas. As vagas foram redistribuídas e oferecidas em lista de espera.

De acordo com a assessoria de imprensa do Ministério da Educação (MEC), em 2012, o ministério ofereceu 30.548 vagas, distribuídas em 95 instituições, e concorreram a elas 642.878 alunos. Houve sobra de vagas que, segundo informações dos jornalistas do MEC, foram todas aproveitadas em segundas chamadas e oferecidas a estudantes que estão em listas de espera.

Neste ano de 2013, o governo federal ofereceu 129.319 vagas para 1,9 milhão de estudantes (especificamente, 1.949.958 de estudantes) distribuídas em 101 instituições participantes. Novo recorde de vagas não preenchidas em várias instituições que usaram o SiSU como mecanismo de ingresso estudantil.

As vagas remanescentes revelam que até a expansão via Enem/SiSU tem gerado problemas. Em 2012, embora o MEC não tenha divulgado o número de vagas preenchidas dentre as 30.548 oferecidas, a maior parte delas não foi ocupada na primeira fase de matrículas. De acordo com dados da imprensa, na segunda fase, as universidades chamaram alunos para preencher entre 70% e 85% das vagas oferecidas.

Na Universidade Federal do Ceará (UFC), por exemplo, a

segunda com maior número de inscritos no SiSU do meio de ano (com 108.574 inscritos), ao final das chamadas, apenas 28% dos candidatos havia feito suas inscrições. A instituição ofereceu 1.637 vagas, mas apenas 450 realizaram matrícula. O índice é inferior ao registrado na primeira seleção do ano, quando quase 60% das vagas foram ocupadas na primeira chamada.

Em 2012, o percentual foi semelhante em instituições com menos inscritos e menos vagas, como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), que ofereceu 292 vagas e preencheu 68. Restaram 76%. Na Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) o percentual total foi ainda mais alto: das 1.190 vagas oferecidas, 187 foram preenchidas. A segunda chamada convocou 1.003 candidatos, 85% do total.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que teve o maior número de inscritos (152.196), em 2012, e não divulgou o número de vagas que preenchidas, constatou-se uma tendência: o curso de medicina, tradicionalmente dos mais disputados, convocou 62 estudantes na segunda chamada. Isso significa que apenas 34 se matricularam para a turma de 96 alunos, o que corresponde a 35%. O de engenharia



Na UFPR, até corredor é usado como depósito

civil ofereceu 60 vagas, mas apenas nove candidatos se matricularam (15%).

### **As sobras de 2013**

Neste ano de 2013, o MEC também não revelou o número de vagas excedentes. Por meio da assessoria de imprensa, limitou-se a informar que para a primeira edição do SiSU de 2013, “os estudantes que não foram selecionados nas duas

primeiras convocações, em janeiro e fevereiro, puderam aderir à lista de espera”.

Esclareceu que as instituições de ensino participantes do Sisu usam a lista para convocar candidatos a vagas remanescentes. “Neste procedimento, caso ainda haja vaga no curso de primeira opção, o candidato será convocado diretamente pela instituição. Portanto, eventuais convocações de lista



de espera são efetuadas diretamente pelas instituições de ensino superior participantes do sistema”, diz a nota do MEC em resposta à solicitação de números da reportagem da *Revista Dossiê Precarização*.

O fato é que sobram muitas vagas e em algumas universidades esse excedente ultrapassa os 50%. Na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), que assinou um dos mais rigorosos

acordos de metas para implantação do Reuni, a Diretoria de Registros Acadêmicos (DRA) tinha a expectativa que neste ano de 2013 houvesse uma demanda alta tanto na primeira como na segunda chamada. Todavia, segundo informações da própria reitoria da UFPeL, o resultado ficou aquém do esperado. “Tínhamos a expectativa já que as vagas existem e a busca por informações foi grande”,

diz a diretora de Registros Acadêmicos (DRA), Ediane Acunha.

Na UFPeL, o curso mais procurado na manhã do primeiro dia foi o de agronomia; à tarde, foi o de medicina veterinária. Até o fechamento desta revista, os números da segunda etapa ainda não haviam sido fechados. Contudo, na primeira chamada do processo seletivo o registro também foi baixo.

Das 3.346 vagas ofertadas pela UFPel pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), apenas 848 a – cerca de 25% – foram preenchidas.

A intenção da reitoria era a de preencher as mais de duas mil vagas ainda disponíveis para os 75 cursos de graduação. Mas cursos da Música, como Ciências Musicais, Canto e Piano – que ao total ofereceram 24 vagas – não tiveram procura. A diretora de Registros Acadêmicos justifica a baixa procura pelos cursos superiores com a hipótese de que essa sobra de vagas seja resultado do fato de os candidatos optarem por cursos mais próximos de suas residências. Na UFPel, a segunda etapa de chamadas de 2013 foi realizada via oral. A sobra insistente foi destinada aos alunos em três modalidades: reopção, reingresso e transferência.

Na UFMT, segundo dados da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI-UFMT), neste ano de 2013, foram ofertadas 5.123 e, na primeira chamada, foram preenchidas 1.556. Na segunda chamada, foram preenchidas 821 vagas. Houve três chamadas da lista de espera e há 2.358 matriculados. Ainda há 388 vagas disponíveis para novas chamadas. Em 2012, foram ofertadas 5.145 vagas e ingressaram 5.145 alunos.

### **Ações paralelas para favorecer a privatização**

Assim como no Enem, em nome da democratização do ensino superior, os dois últimos governos federais apostaram em diversas ações correlatas e paralelas ao Reuni para garantir a proposta de ampliação das vagas. Uma delas é o programa correlato ao Reuni, o Programa Universidade para Todos (ProUni).

À revelia da Constituição Federal que, consagrou a educação em todos os níveis como um dos direitos sociais do povo brasileiro, o governo Lula instituiu e o de Dilma chancelou a política de transferência de recursos públicos da educação para o setor privado. O ProUni é o programa do governo de transferência de recursos financeiros públicos às empresas de ensino privado para que recebam os alunos de baixa renda. Na primeira edição de 2013, o ProUni ofereceu 162.329 bolsas, incluindo aí as instituições reprovadas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Além dos incentivos e das concessões fiscais que esse setor recebe do Estado, o programa não teve como única motivação a promoção do acesso de jovens ao ensino superior, mas também, e principalmente, prestar auxílio econômico a instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos,

que passavam por grave crise financeira na época. Essa informação foi revelada numa pesquisa de doutorado sobre o ProUni, do sociólogo Wilson Mesquita de Almeida.

Com a tese intitulada “Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo”, desenvolvida no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), durante quatro

Arquivo/ANDES-SN



**Com Enem e outros mecanismos de expansão, governo transforma as salas de aula das universidades em escolas**



anos, Almeida constatou que conceitos como democratização do acesso e mobilidade social devem ser relativizados e separados. “De fato o acesso foi ampliado, mas o mais importante é nos perguntarmos qual é a qualidade do ensino ofertado”, argumenta.

A necessidade de lucro leva a grande maioria das faculdades particulares a reduzir gastos com infraestrutura e pessoal, o que reflete diretamente na sua qualidade. “No fundo, as instituições de ensino superior privadas lucrativas são verda-

deiras fábricas de diplomas”, afirma o sociólogo. Segundo ele, a formação dos alunos é precária e a relevância do título acadêmico de uma universidade de qualidade questionável no mercado de trabalho é mínima e empecilho para o sonho de ascensão social dos estudantes economicamente menos favorecidos.

Além do Enem, os governos Lula e Dilma mantiveram outra herança do governo FHC. Trata-se do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), criado em 1999. O governo fe-

deral vê ainda como via paralela de formação o ensino à distância, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), desde 2006. Além do Programa Emergencial de Formação de Professores (Parfor), instituído em 2009 para capacitar docentes que já estão em exercício, porém, sem ter feito uma faculdade.

### **A transformação de direitos sociais em mercadoria**

Ao estudar os objetivos desses programas, nota-se uma



afobação dos quatro últimos governos por melhorar rapidamente os índices negativos que o Brasil ostenta em várias áreas do desenvolvimento humano, sobretudo, no da educação superior. É que esse tipo de programa institucionaliza uma mudança de paradigma mundial que transforma direitos sociais, como a educação, sobretudo na educação superior, em mercadoria, num processo simultâneo de mundialização sob a hegemonia dos Estados Unidos da América.

Em um texto apresentado no “III Seminário Nacional – Educação e Poder: tensões de um país em mudança”, em 2003, a pesquisadora Ângela Siqueira revelou várias mudanças de paradigmas impostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) para superar o fracasso do pensamento único e da eliminação da história para a manutenção do capitalismo, dentre elas a transformação das não-mercadorias agrupadas no departamento III em mercadorias.

O Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (AGCS), assinado em janeiro de 1995, teve como objetivo a liberalização progressiva dos serviços com uma perspectiva de conclusão das negociações em um prazo de 10 anos. “Nos processos de negociação os países deveriam, inicialmente, apresentar propostas para a libe-

ralização dos diversos setores de serviços, e, posteriormente, prosseguir com apresentação, de forma bilateral, de demandas específicas (o que deveria ocorrer até junho de 2002) e seguir ofertas (o que deveria ocorrer até 2003), havendo também Reuniões ministeriais periódicas, como a última de Doha, no Qatar”, afirma a pesquisadora.

Esse acordo, realizado durante o governo FHC, estabelece o cronograma e as obrigações dos países para regulamentação do princípio da “ordem estendida do mercado” referente ao setor de serviços. Vários estudos em economia desenvolvidos em universidades brasileiras anunciavam a crise que rebaixaria vários direitos sociais conquistados a duras lutas em mercadoria. Na obra “A crise completa – a economia política do não”, de 2001, o economista e professor da Universidade de Brasília, Lauro Campos, mencionava essa transformação como uma mudança de paradigma.

“O desenvolvimento do departamento III, que ficava sob os cuidados do Estado, no momento em que o mundo das não-mercadorias entra em crise, ou seja, quando a economia tridepartamental entra em colapso, quer dizer, quando as não-mercadorias estão sendo negadas, temos a conseqüente transformação da educação

superior em mercadoria, como de forma draconiana reza o GATT, com a força política da OMC, por meio da concretização do AGCS”, previu o economista.

### **Equação para esconder os índices negativos**

Ao estudar os objetivos desses programas, constata-se uma movimentação desordenada para melhorar rapidamente os índices historicamente negativos que o Brasil ostenta em todos os níveis da educação, incluindo aí o ensino superior.

Dentre as muitas pesquisas internacionais que sentenciam o fracasso da educação no Brasil, uma delas, feita pela consultoria britânica Economist Intelligence Unit (EIU), classifica o País como o penúltimo lugar no *ranking* global de qualidade da educação. A educação brasileira, segundo o estudo da EIU, fica na frente apenas da Indonésia, país do sudeste asiático que figura em última posição.

“O Brasil é o país com a menor taxa de diploma em ensino superior da América do Sul e é o país em que o sistema privado de ensino oferece o maior número de vagas (80% delas)”, destaca o professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) e vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Luiz Henrique Schuch.

Na avaliação da professora do Departamento de Serviço Social da UFMT e doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB), Marluce Souza Silva, “o Brasil é uma economia em expansão, mas permanece subdesenvolvido. Dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) contradizem os números do governo que apresentam um Brasil de economia forte, e, para mascarar tal realidade, o MEC busca dados, por meio do Reuní, ainda que quantitativos, para resolver essa equação”.

“Um país que vai mal na educação pode encontrar saídas para o desenvolvimento e se manter no páreo da disputa de posição internacional? Como inserir o Brasil entre os países mais fortes economicamente do mundo com esses pífios índices?”, indaga a professora da UFMT. A resposta é do vice-presidente do ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch.

Ele afirma que o movimento de expansão das universidades está associado à avidez desenvolvimentista. “As universidades servem também a esse movimento cada vez mais e perde sua importância como instituição socialmente referenciada. Boa parte dos projetos universitários atende ao capital e não à sociedade”, assegura o dirigente sindical.

“Achar que o problema na educação será resolvido no alto

da pirâmide educacional, ou seja, nas universidades, é dar um tiro no pé”, sustenta o presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (Adufmat-S. Sind.), Carlos Roberto Sanches. Ele diz que o foco deveria ser o ensino básico e o médio, que estão à deriva e com alto índice de evasão.

Com a entrada desenfreada de alunos para reverter esse cenário estatístico, as universidades tornaram-se escolões de terceiro grau e, concomitantemente, perdem força na pesquisa e extensão, o que comprometeu o tripé estrutural da universidade pública e gratuita brasileira. O vice-presidente do ANDES-SN explica que, no Brasil, o professor é alojado, na maior parte do tempo, em sala de aula, e, ao mesmo tempo, é pressionado a acumular disciplinas.

Ao mesmo tempo, passam a valer novos paradigmas curriculares e de trabalho, como a pressa e a prática de atender às metas, o que, em cascata, fomenta a prática do assédio moral. “E esse cenário é totalmente favorável à precarização do trabalho docente”, alerta Luiz Henrique Schuch.

### **Enem é uma incógnita**

Quase quatro anos depois da conturbada adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) na UFMT, as dúvidas

sobre se o método democratizou de fato o ingresso ainda é uma incógnita entre os integrantes dos movimentos docente e estudantil. Na avaliação geral dos dois grupos, a introdução do método por si só já foi antidemocrática e imposta.

Um dos benefícios imediatos do Enem, dentre os propagados pelo governo federal, seria facilitar o acesso de alunos oriundos de escolas públicas. “Politicamente isso está sendo trabalhado pelo governo como um processo de alta democratização, mas digo que, apesar de estarmos em um terceiro momento do Enem, ainda não temos uma avaliação objetiva e clara sobre os alunos que chegaram na instituição. Apenas trabalhando em sala de aula não há condições de avaliar se o perfil alterou”, pondera Sanches.

“A universidade não dá respostas para a gente”, confirma o professor do Departamento de Letras da UFMT, Roberto Boaventura. Ele assegura que o Enem é um método de seleção repleto de fraudes que se tornaram corriqueiras e vistas como política de democratização do ensino superior.

### **Exame não impede a evasão**

O professor do Departamento de Física da Universidade de São Paulo (USP), Otaviano Helene, por sua vez, desconstrói a ideia de que se



trata de uma incógnita e afirma que, sobre o Enem, não há dúvida nenhuma. Segundo ele, o exame não muda nada no cenário das Instituições de Ensino Superior (IES), no sentido de democratizar o acesso, “porque é um vestibular como outro qualquer, a disputa é a mesma”, assevera.

Na avaliação de Helene, não aconteceu e nem vai acontecer um método mais democrático de acesso. “Isso é uma grande bobagem que não aconteceu e nem vai acontecer”. Ex-presidente do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (Inep) e ex-diretor do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Helene afirma que o risco é dos impactos do Enem serem, na verdade, o contrário disso, ou seja, antidemocráticos, porque na dança das vagas virtuais, quem tem pai rico consegue pleitear vagas longe de casa em cursos considerados nobres, como medicina.

Ele afirma que, por um lado, “a consequência disso é que a universidade deixa de cumprir uma de suas funções que é a de formar quadros locais”. Por outro, os alunos de classe média e baixa que se aventuram a sair de casa para outras cidades ou até estados, costumam não dar conta de se sustentar, o que provoca evasão.

O professor da UFMT, Roberto Boaventura, diz que

a evasão dos estudantes que entram via Enem é consequência da falta de condições financeiras para se manter longe de casa e falta de identificação com o curso escolhido. “É que na disputa de vagas muitas vezes ele opta, não necessariamente, pelo que tem mais afinidade, e sim pelo que vai conseguir aprova-lo”, observa Boaventura.

Segundo ele, as políticas expansionistas jogam com uma pressão sobre a juventude, como se todo mundo tivesse de entrar na universidade. “Isso não é assim, essa perspectiva gera o caos”.

Outra preocupação de Boaventura é que, nesse “empurra-empurra” para entrar na universidade de qualquer jeito, o governo perde o foco do problema principal que é o fracasso do ensino público brasileiro. “Com exceção de algumas escolas técnicas, em geral, é tudo muito ruim. Por isso, tem aluno chegando na universidade analfabeto. E ninguém supera nada da noite para o dia, não tem nada disso, isso é mentira. As pessoas aprendem ao longo da vida, aos poucos, amadurecendo o conhecimento. Desse jeito, em vez de ensino superior, estamos oferecendo ensino inferior”, satiriza.

### **Um rio de dinheiro para as particulares**

As várias políticas de su-

cateamento para privatizar o ensino público do País transformou a universidade em um balcão de negócios. A afirmação é da coordenadora do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMT, Viviane Motta. Ela diz isso para se referir aos programas correlatos Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (ProUni). “São programas elaborados para dar dinheiro aos tubarões do ensino”, diz a estudante.

Na defesa desses programas, representantes do governo federal no Ministério da Educação (MEC) realiza elaboradas propagandas na televisão com destaque para um lado da informação que transformam esses programas em receita fácil para a vida de estudantes que não conseguem aprovação em vestibulares e avaliações de ingresso em instituições federais públicas e gratuitas.

“Por que alguns estudantes conseguem e outros não conseguem ingressar na universidade federal pública e gratuita? Os programas são para “facilitar” a vida de estudantes trabalhadores que não têm horário de manhã e de tarde e, por isso, cursam faculdade de noite?”, indaga a coordenadora do DCE.

Na avaliação da estudante não vale sacrificar a qualidade da educação brasileira para garantir facilidades para

estudantes que não tiveram a oportunidade de cursar um ensino básico e médio de qualidade na rede pública ou mesmo na rede privada. “Não justifica e nem reduz o fato de que tais programas consolidam o setor financeiro da Educação e enfraquecem a educação pública. São apenas farsas para injetar dinheiro em escolas particulares”, afirma a coordenadora do DCE.

O professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), integrante do Grupo de Trabalho (GT) de Políticas Educacionais e terceiro tesoureiro do ANDES-SN, Francisco Ricardo Kastner Negral, afirma que essas políticas correlatas é a maneira que o governo federal encontrou para desobrigar o Estado de oferecer educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada. “E também de se desobrigar dos serviços público de saúde e hospitais universitários, uma vez que essa visão privatista está empurrando a gestão dos hospitais-escola para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)”, argumenta o professor João Negrão. A resposta que a reitoria da UFMT e o Ministério da Educação enviou à reportagem da *Revista Dossiê Denúncia* se limita a afirmar, sem maiores explicações, que “a Ebserh é pública”.

## FIES e PROUNI: dinheiro público financia a privatização

Claudio Antonio Tonegutti

Professor

Universidade Federal do Paraná

**A** opção política da expansão do ensino superior pelo setor privado por parte do governo federal nos últimos 40 anos tem como resultado, segundo o Censo da Educação Superior 2011 MEC/INEP, que, no Brasil, dos 6,7 milhões de estudantes de graduação, 75% (5,0 milhões) encontram-se matriculados em instituições privadas. Nesse cenário, e com a realidade social e econômica do País, o FIES e o PROUNI são programas importantes para sustentar a manutenção da expansão privada. Embora ambos financiados por dinheiro público, eles possuem conceitos distintos.

O FIES é uma forma direta de fazer valer a visão liberal de que o ensino superior deve ser pago pelo cidadão diretamente beneficiário (o estudante), confrontando, então, com o princípio da Educação como direito de todos e dever do Estado (artigo 205 da Constituição Federal). Além do mais, penaliza o estudante com a insegurança de poder, ou não, honrar o pagamento do empréstimo na dependência do ingresso no mercado de trabalho, que, no fundo, é diretamente dependente da situação econômica do país.

O PROUNI surge com o discurso de justiça social para um público alvo de estudantes de classes econômico-sociais menos favorecidas, concedendo financiamento a fundo perdido (na forma de bolsas). Mas não dá uma garantia da qualidade de ensino para as vagas ofertadas, no que atribui ao estudante o possível ônus de uma formação insuficiente, com evidente reflexo na sua inserção profissional. Também, o PROUNI é um incentivo ao “mercado da educação”, por beneficiar em maior medida as instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos, já que estas, com a adesão ao programa, ficam livres de recolher quase todos os tributos federais a que estariam sujeitas.